



Criminalização do porte de drogas divide debatedores

Especialistas divergem sobre a necessidade de leis mais duras para quem for flagrado com maconha para consumo próprio

A Comissão de Direitos Humanos fez ontem a quarta audiência pública para discutir a regulamentação da maconha. Os debates, até o momento, revelaram acordo apenas com relação ao uso medicinal da planta. Quanto ao uso recreativo, o relator, Cristovam Buarque, reconhece dificuldades de consenso e promete ouvir opiniões diferentes antes de tomar qualquer decisão. **8**

Cristovam Buarque (3º à esq. à mesa) ouve debatedores sobre a criminalização do porte de drogas



Pedro França/Agência Senado

Notícias do Senado ganham portal mais interativo **7**

Presidente da CPI pede acesso a depoimento

O senador Vital do Rêgo, presidente da CPI Mista da Petrobras, solicitou à Justiça Federal uma cópia dos últimos depoimentos do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que teria citado nomes de

políticos que teriam recebido propinas. Vital convocou uma reunião de líderes para definir como a CPI vai atuar diante das denúncias. A comissão já aprovou a convocação. **3**

Pesquisas eleitorais podem ter regras restritivas **7**

Cargos comissionados são alvo de maior controle **2**

Impressão de voto ainda causa polêmica **7**

especial **Cidadania**

Perguntas e respostas sobre como funciona o Congresso

O papel do Poder Legislativo e as diferenças entre o trabalho de senadores e deputados são

algumas das questões abordadas na segunda reportagem da série sobre eleições. **4 e 5**



Pequenos cidadãos em visita ao Legislativo tiram dúvidas sobre o Poder

Pedro França/Agência Senado



Luiz Fernando Bandeira relata experiências do Senado brasileiro a secretários-gerais de parlamentos de outros países

Jefferson Rusly/Agência Senado

Senado mostra programas em encontro

Representantes de Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste discutem ações a serem

adotadas, como a comunicação com o cidadão, a administração e modernização dos parlamentos e a representatividade. **6**

Atividade com servidor marca o Dia do Cerrado **2**

Projeto estimula organizações de estudantes **2**

Pequeno produtor poderá vender leite à Conab **2**

Para comemorar o Dia Nacional do Cerrado, em 11 de setembro, Senado oferece a servidores transporte até o local. Bioma, que abrange 14 estados e o DF, ainda corre riscos

Senado promove visitas ao Jardim Botânico

O SENADO FARÁ, na quinta-feira e no sábado, visitas guiadas de servidores ao Jardim Botânico, em homenagem ao Dia Nacional do Cerrado, comemorado em 11 de setembro. Os interessados, para os quais o Senado vai oferecer transporte, poderão participar de oficinas de construção de terrários e de pequenas hortas caseiras.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS) do Senado e o Jardim Botânico de Brasília. Andrea Bakaj, coordenadora do NCAS, afirma que a atividade possibilitará chamar a atenção para a importância do bioma Cerrado e a necessidade de preservá-lo.

— É um momento para refletir sobre o que a gente pode fazer para explorar a terra sem perder a diversidade do Cerrado — diz.

O tempo médio das oficinas será de uma hora. Os participantes farão uma caminhada

com aproximadamente 40 minutos de duração. A organização recomenda usar roupas leves, tênis, protetor solar, chapéu ou boné e garrafinha de água. Não será servido lanche, mas há uma lanchonete no local.

Com cerca de 5 mil hectares, o Jardim Botânico de Brasília mantém uma estação ecológica que ocupa aproximadamente 90% da área total. O restante da área inclui bosques com espécies exóticas, biblioteca, centro de visitação, espaço para piquenique e recreação, anfiteatro e casa de chá.

O Cerrado é encontrado no Distrito Federal e em 14 estados brasileiros: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Esse espaço territorial abrange as nascentes de três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul



Muito visitada por estudantes, área de 5 mil hectares em Brasília integra estação ecológica, bosques e biblioteca

(Araguaia-Tocantins, São Francisco e Prata), o que leva alguns a classificarem o Cerrado como “o berço das águas” do Brasil. O sistema tem ainda grande importância pela fauna e flora típicas — esta incluindo muitas

espécies pouco conhecidas, várias delas com elevado valor nutritivo e propriedades medicinais. O Cerrado vem sendo afetado pelo avanço da fronteira agropecuária, que, conforme especialistas, tem empobrecido o solo.

SERVIÇO

As saídas estão previstas para as 8h30 e 14h30 de quinta-feira e para as 8h30 de sábado.

INSCRIÇÕES

e-mail: senadoverde@senado.gov.br ou pelos ramais 6005 ou 1979.

Proposta incentiva organização estudantil

A Comissão de Educação (CE) pode concluir em breve a votação de projeto que incentiva a organização de estudantes no ensino básico. Se o texto (PLS 80/2014), de Pedro Taques (PDT-MT), for aprovado, segue direto para a Câmara. Pela proposta, escolas serão obrigadas a incentivar a criação de organizações de estudantes desde o ensino básico, com autonomia de atuação, e a dar apoio, inclusive com espaço físico e instalações, quando for preciso.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), lembrou que, com a proposta, entidades que não tiverem apoio podem até recorrer à Justiça.

— O movimento secundarista tem uma história no Brasil. Esse projeto de lei, além de assegurar a participação da re-

presentação dos estudantes da educação básica nas decisões que dizem respeito à organização da vida escolar, confere a essas representações, que já existem, um direito que poderá ser, inclusive, exigido pelas vias judiciais. É o direito de ter o apoio das escolas onde atuam, para poder ter a sua sede, o seu mobiliário — afirmou o senador.

Relevância histórica

Taques ressalta que os estudantes tiveram papel fundamental em momentos relevantes da história do Brasil, como a campanha O Petróleo é Nosso, na década de 50; as Diretas Já, nos anos 80; e os protestos de junho de 2013, e, por isso, é preciso incentivar a participação política deles.

Randolfe Rodrigues (PSOL-

AP), que foi líder estudantil, destacou que a lei que o projeto busca aperfeiçoar foi a redenção do movimento estudantil, depois de a ditadura militar proibir a existência de grêmios e colocar, no lugar, os chamados centros cívicos.

— A substituição pelos centros cívicos foi um dos atos de força para impedir a organização do movimento estudantil. E, na redemocratização, uma das conquistas do movimento estudantil foi a chamada Lei do Grêmios Livres. Portanto, um aperfeiçoamento nessa lei, no sentido de garantir que os grêmios tenham o apoio e não tenham nenhuma limitação por parte das direções dos estabelecimentos, é algo que deve ser exultado por todos nós — disse o senador.

Conab poderá comprar leite de pequenos produtores do Nordeste

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) poderá ser autorizada a comprar leite de pequenos produtores da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 256/2014, apresentado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão final.

O projeto, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), permite à Sudene comprar até 100 litros de leite por dia por produtor, por meio de leilões públicos. O leite adquirido será repassado às escolas públicas da mesma

região — de preferência em municípios em situação de emergência ou em estado de calamidade pública — para ser usado na merenda.

Na justificativa do projeto, o autor destaca que o Nordeste vem enfrentando um agravamento da seca desde 2011. Diante desse cenário, argumenta o senador, é importante o poder público dar estímulos para a recuperação de rebanhos e para a retomada de atividades agrícolas. Para Cássio, o projeto é uma forma de corrigir dois problemas: apoiar o setor produtivo leiteiro, que teve fortes perdas por conta da seca, e incentivar a melhoria da merenda das escolas públicas.

Texto prevê regra mais rígida para comissionados

As nomeações para os cargos em comissão no serviço público poderão ter regras mais rígidas. O PLS 257/2014, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), estabelece os casos em que esses cargos devem ser obrigatoriamente preenchidos por servidores públicos de carreira, regulamentando o previsto no artigo 37 da Constituição.

Segundo a proposta, pelo menos metade dos cargos comissionados existentes em cada um dos Três Poderes ou órgão independente deverão

ser ocupados por servidores de carreira, em qualquer circunstância. Além disso, determina que os cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira quando a lei específica contenha essa determinação ou se tratar de cargos administrativos cujas atribuições representem atividades exclusivas de Estado.

Servidores de carreira também preencherão os cargos vagos quando o total de servidores exclusivamente comissionados tenha atingido o percentual de 5% no Executivo,

40% no Legislativo e 20% no Judiciário. O projeto estabelece, ainda, que cargos de direção e chefia somente poderão ser ocupados por profissionais com nível superior — sejam de carreira ou exclusivamente comissionados.

Ao justificar o projeto, o senador explica que a proposta atende os princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O projeto aguarda emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente da CPI Mista da Petrobras quer que os parlamentares tenham acesso ao conteúdo da delação premiada de Paulo Roberto Costa, que envolveria nomes de políticos

Vital pede cópia da delação de ex-diretor

O PRESIDENTE DA CPI Mista da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), já solicitou à Justiça Federal do Paraná uma cópia dos últimos depoimentos do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Preso desde junho, ele aceitou colaborar com as investigações. Por meio da delação premiada, Costa teria citado nomes de políticos que, segundo ele, teriam recebido recursos de contatos da Petrobras com empresas fornecedoras. Vital do Rêgo convocou uma reunião de líderes para definir como a CPI vai atuar diante das denúncias. Ao lembrar que a comissão já aprovou a convocação de Paulo Roberto Costa, Vital do Rêgo avalia que o depoimento só deverá ocorrer após a cópia da delação chegar à comissão parlamentar de inquérito.

— O que se sabe são os vazamentos. Temos que ter acesso aos autos para garantir primeiro a comprovação desses fatos e depois a imediata ação dos órgãos competentes. O que estamos buscando é a informação completa. Esperamos do juiz competente todos os autos para sabermos o que foi dito e quais provas o senhor Paulo Roberto apresentou à Justiça quando envolve nomes dos



Vital do Rêgo marcou para amanhã uma reunião para discutir os próximos passos da CPI mista

mais diversos partidos — explicou o senador.

Delação premiada

O líder do Democratas, José Agripino (RN), defende a vinda do ex-diretor à CPI desde que ele confirme e acrescente as denúncias feitas na delação premiada.

— A delação premiada é uma coisa que existe, mas tem eficácia na medida em que as provas venham junto.

Acho que o momento é de expectativa e de muita atenção e perplexidade porque o fato é gravíssimo. Vamos aguardar as provas — disse o senador.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki ainda precisa convalidar os termos da delação premiada de Paulo Roberto Costa para que seja incorporada ao processo da Operação Lava-Jato, que investiga lavagem de dinheiro de contratos da Petrobras.

O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), havia apresentado, no início da tarde de ontem, requerimento de acesso ao conteúdo dos depoimentos de Costa. Bueno também requereu uma reunião extra da comissão de inquérito antes de amanhã à tarde, quando está previsto o depoimento do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

Reunião de líderes

Vital informou apenas que marcou para amanhã de manhã uma reunião de líderes para discutir os próximos passos da comissão.

— Já solicitei as informações ao juiz competente, mas me antecipei em marcar uma reunião de líderes para que, antes de ouvirmos Nestor Cerveró, já tenhamos algumas notícias para darmos à sociedade — informou.

Cerveró dirigiu a área internacional da Petrobras e é considerado um dos articuladores da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, negócio que deu prejuízo milionário à petrolífera brasileira. Em depoimento a CPI exclusiva do Senado, o ex-diretor negou as acusações de irregularidades e disse que a compra de Pasadena foi um bom negócio para a estatal.

Renan nega acusações sobre a Petrobras

Por meio de nota divulgada no sábado, Renan Calheiros (PMDB-AL) disse “repudiar as especulações” do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que teria citado o presidente do Senado como beneficiário de desvio de recursos da empresa. Renan disse que suas “relações com todos os diretores da estatal nunca passaram dos limites constitucionais”.

O senador também manifestou confiança na apuração que o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público deverão fazer do depoimento de Costa. “É dever do Supremo Tribunal Federal e do Ministério Público apurar a veracidade das

declarações do ex-servidor a fim de esclarecer se o mesmo merecerá ou não o benefício da delação premiada”, diz a nota de Renan, acrescentando

que o mau uso do instituto da delação premiada acarretará “agravamento de pena daquele que tentou manipular os rumos da apuração”.



O mau uso da delação premiada acarreta agravamento de pena, alerta Renan

Romero Jucá diz que não foi beneficiado por corrupção

Em nota à imprensa, Romero Jucá (PMDB-RR) disse repudiar versão publicada pela revista *Veja* de que ele se beneficiou de um esquema de corrupção na Petrobras.

No texto, Jucá ressalta que não teme qualquer tipo de investigação.

A seguir, a nota na íntegra: “O senador Romero Jucá (RR) repudia as insinuações feitas pela revista *Veja* em matéria publicada neste final de semana.

O senador nega ter recebido qualquer contribuição de campanha e quaisquer outros recursos por meio do

ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. O senador esclarece que não tem nenhum relacionamento pessoal com o senhor Paulo Roberto e seu contato sempre foi a nível institucional.

Todas as doações de campanha foram feitas respeitando a legislação e estão disponíveis para consulta.

O senador Romero Jucá teve todas as suas contas aprovadas por unanimidade pelo Tribunal Regional Eleitoral e não teme qualquer tipo de investigação. O senador está disponível pra qualquer esclarecimento.”

Alô Senado

Secom | Criação e Marketing

É fácil participar

O **Alô Senado** tem a finalidade de oferecer um canal de comunicação gratuito entre a população e os senadores.

O atendimento telefônico é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, pelo **0800 612211**.

O atendimento eletrônico está disponível pelo site www.senado.leg.br/alosenado. Por meio desse canal de comunicação, o cidadão pode expressar opiniões e críticas sobre o trabalho parlamentar, bem como oferecer sugestões e esclarecer dúvidas.

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



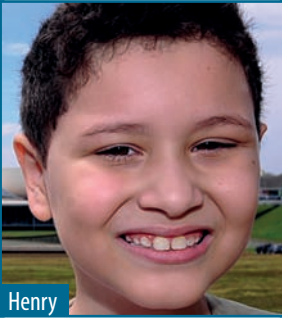
Michelle



Luciana



Maria Fernanda



Henry



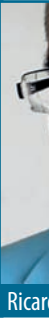
Camille



Lucas



Natália



Ricardo



Praça dos Três Poderes, em Brasília, representa o equilíbrio entre o Judiciário (E), o Legislativo (Congresso) e o Executivo (D)

Qual o principal papel do Congresso?

1

■ O Congresso é o nível mais alto do Poder Legislativo do Brasil e divide com o Executivo (governo) e o Judiciário (tribunais) a tarefa de conduzir o país. Sua principal função é elaborar, debater, aperfeiçoar e aprovar as leis. É formado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Um projeto de lei iniciado e aprovado na Câmara é sempre revisado pelo Senado. Do mesmo modo, uma proposta apresentada e aprovada pelos senadores precisa passar pela votação dos deputados antes de ser enviada à sanção da Presidência da República e virar lei.

2 Que outras funções tem o Parlamento?

■ Segundo a Constituição, é da competência exclusiva do Congresso, entre outras atribuições: resolver sobre tratados e acordos internacionais que acarretem despesas ao patrimônio nacional; autorizar o presidente da República a declarar guerra e a celebrar a paz; aprovar ou suspender o estado de

defesa, a intervenção federal e o estado de sítio; julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo; analisar as concessões de emissoras de rádio e TV; convocar plebiscitos.



Senadores e deputados participam de sessão conjunta do Congresso Nacional

3 Quais as atribuições exclusivas do Senado?

■ Entre outras, processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o presidente e o vice-presidente da República, os ministros de Estado e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como os ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União;

■ aprovar, após sabatina pública, a escolha do presidente do Banco Central, do procurador-geral da República e de embaixadores do Brasil;

■ autorizar a obtenção de empréstimos externos por parte da União, dos estados e dos municípios.

4 Que atividades cabem exclusivamente à Câmara

■ Compete exclusivamente aos deputados, entre outras atribuições, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado;

■ fazer a tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso dentro de 60 dias após a abertura do ano legislativo;

■ eleger membros do Conselho da República.

5 Quantos integrantes tem o Senado e o que eles representam?

SP	31
MG	3
RJ	3
BA	3
RS	3
PR	3
PE	3
CE	3
MA	3
GO	3
PA	3
SC	3
PB	3
ES	3
PI	3
AL	3
AC	3
AM	3
AP	3
DF	3
MS	3
MT	3
RN	3
RO	3
RR	3
SE	3
TO	3

Guia do Congresso para eleitores e

Qual a importância de conhecer o Legislativo, na opinião de alguns senadores e os deputados, quais as atribuições de cada um e

Silvio Burle

No dia 5 de outubro, cerca de 140 milhões de brasileiros vão às urnas. Na semana passada, durante as visitas feitas diariamente ao Parlamento, em Brasília, alguns desses eleitores e pequenos cidadãos que ainda não podem votar falaram ao **Jornal do Senado** sobre a importância do Congresso (fotos acima e vídeo no link <http://bit.ly/manualCongresso>).

— [As pessoas] não fazem ideia de que talvez os assuntos mais importantes acabam

sendo decididos dentro do Legislativo — diz o bombeiro Ricardo Torres, 35 anos, morador de Belém.

Ele avalia que, após os protestos do ano passado, a população “esqueceu de tentar entender o Congresso”.

— Não vale só falar mal e não fazer a sua parte — afirma Natália Garcia, 16 anos, estudante em Sobradinho, no Distrito Federal, que ressalta a importância do voto consciente.

A opinião dela é compartilhada

elei
20



Ingresso para cidadãos

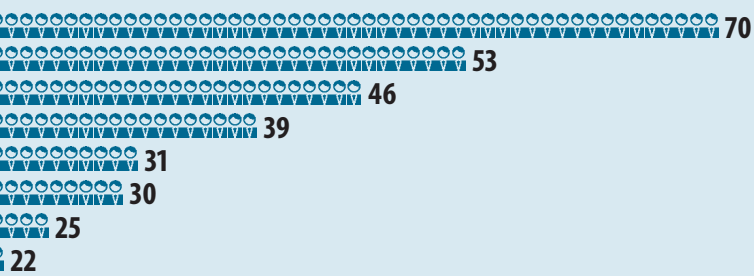
Quantos dos brasileiros que irão às urnas em outubro? Como são eleitos e de que forma é possível influenciar o trabalho do Parlamento?

da por Lucas Soares, 17 anos: — Mesmo que a gente discorde de algumas coisas, há um processo extremamente complexo [no Parlamento] para que alguns problemas sejam solucionados. Para a estudante de Direito Camille Bianchi, 21 anos, de Curitiba, tão importante quanto votar é acompanhar o trabalho dos congressistas. — As pessoas simplesmente votam e não controlam os mandatos — reclama.

Luciana Rosa, 35 anos, professora do ensino fundamental em Brasília, lembra que o acesso ao trabalho do Congresso tem sido facilitado. — Tem a TV, tem os meios pela internet, tem página no Facebook, é muito mais fácil acompanhar do que antigamente. O servidor público Gustavo Mercês, 32 anos, morador de Salvador, concorda: — Já vivemos regimes que não nos permitiam ter a participação popular como a gente tem aqui.

■ O Senado é formado por 81 integrantes, que representam os estados e o Distrito Federal, garantindo o equilíbrio entre as unidades da Federação. Isso porque cada estado tem o mesmo número de senadores (três), ao contrário do que acontece na Câmara, em que o tamanho das bancadas estaduais varia de acordo com a população.

“O Brasil é uma nação muito assimétrica: temos estados com 40 milhões de habitantes e estados com 400 mil habitantes. Os seis maiores colégios eleitorais do Brasil [os seis estados de maior população] decidiriam tudo sozinhos dentro do Parlamento se só houvesse a Câmara”, explica o cientista político e professor Octaciano Nogueira.



Quantos deputados tem a Câmara e quem eles representam?

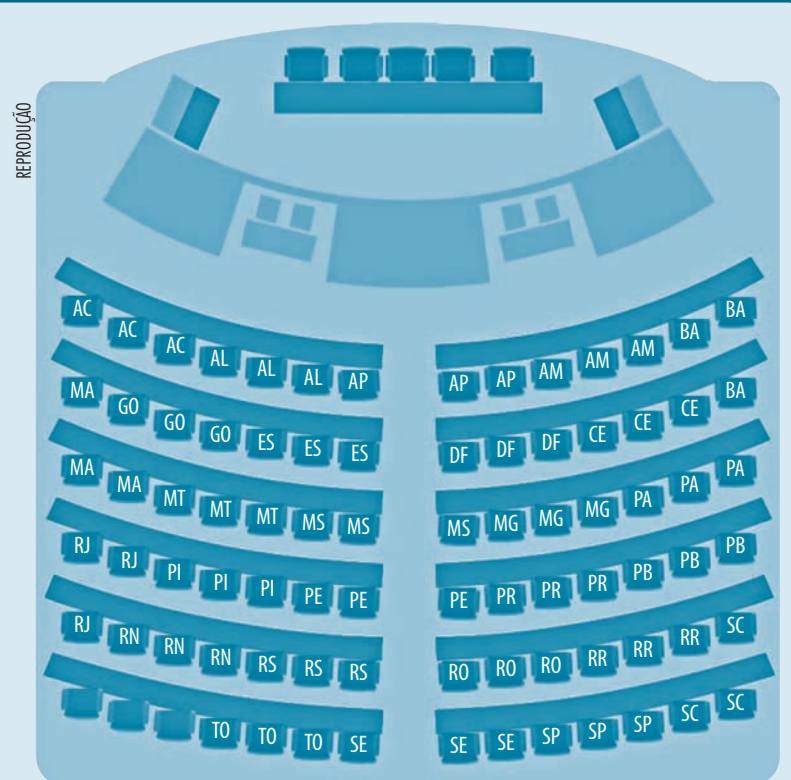
■ A Câmara tem 513 deputados federais. Eles representam a população. O tamanho das bancadas por estado varia de acordo com o número de habitantes de cada um. Pela distribuição atual, as menores bancadas contam com oito integrantes e a maior, de São Paulo, com 70. No ano passado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) resolveu mudar o tamanho de 13 bancadas com base na Lei Complementar 78/1993, que estabelece que a distribuição por estado deve ser proporcional aos dados populacionais colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas o Supremo Tribunal Federal (STF) barrou a mudança por julgar que não cabe ao TSE essa definição. A competência para tratar do tema é exclusiva do Legislativo, segundo o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros.

7 Qual o tempo de mandato e qual a forma de eleição dos senadores?

■ O mandato dos senadores é de oito anos. Mas as eleições para o Senado acontecem de quatro em quatro. Assim, a cada eleição, a Casa renova, alternadamente, um terço e dois terços de suas 81 cadeiras.

Em 2014, um terço dos senadores está chegando ao fim do mandato. Com isso, no dia 5 de outubro, serão eleitos 27 novos senadores para preencher as vagas que se abrem: uma para cada estado e o DF. Eles vão se unir aos outros 54 — 2 por estado — que ainda têm quatro anos de mandato pela frente.

Segundo o cientista político Octaciano Nogueira, a alternância garante que haja eleições para senadores em todos os pleitos. “Caso contrário, se a renovação fosse integral,



No Plenário, o lugar das bancadas estaduais obedece à ordem alfabética

como na Câmara, só votaríamos para a escolha dos senadores de oito em oito anos”, diz.

Para ele, outra vantagem da votação alternada é a garantia de continuidade dos projetos e ações acompanhados pelas bancadas

de senadores em seus respectivos estados. A eleição para o Senado segue o princípio majoritário, o mesmo observado na escolha de presidente da República e dos governadores de estado. Ou seja, o candidato que recebe mais votos é o eleito.

8 Qual o tempo de mandato e qual a forma de eleição dos deputados?

■ Os deputados são eleitos para mandatos de quatro anos, pelo sistema proporcional. Nele, é preciso saber primeiro quais os partidos e coligações mais votados para, depois, dentro das legendas, apontar os candidatos eleitos. “Esse inclusive é um dos motivos de se atribuir o mandato ao partido e não ao político”, diz Pedro Luiz Barros Palma

da Rosa, analista do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Minas Gerais. O objetivo do sistema é fazer com que as urnas reflitam o tamanho das correntes políticas que disputam a eleição. Mas a fórmula para chegar ao resultado gera polêmica porque permite que candidatos muito bem votados percam a vaga para outros com poucos votos.

O passo a passo da distribuição de vagas

Considere, como exemplo, dois partidos (A e B) e uma coligação (C) disputando 9 cadeiras na Câmara

<p>1 Conheça o total de votos válidos. Hipoteticamente, vamos adotar o número 2.700, assim dividido:</p> <p>Partido A: 400</p> <p>Partido B: 1.100</p> <p>Coligação: 1.200</p>	<p>2 Calcule o quociente eleitoral (QE), dividindo a soma de votos válidos pelo número de vagas em disputa.</p> <p>2.700 ÷ 9 = 300</p> <p>Para obter ao menos 1 vaga, o partido tem de alcançar o QE.</p>	<p>3 Calcule o quociente partidário (QP), dividindo o número de votos de cada partido ou coligação pelo quociente eleitoral. O resultado é o número de cadeiras que cabe a cada legenda.</p> <p>Partido A: 400 ÷ 300 = 1 (resultado arredondado)</p> <p>Partido B: 1.100 ÷ 300 = 3 (resultado arredondado)</p> <p>Coligação: 1.200 ÷ 300 = 4</p>	<p>4 Calcule quem fica com a vaga que sobrou, dividindo o número de votos de cada legenda pelo número de vagas já obtidas mais 1. Ganha a vaga quem obtiver o maior resultado. No caso, o partido B.</p> <p>A: 400 ÷ (1+1) = 200</p> <p>B: 1.100 ÷ (3+1) = 275</p> <p>C: 1.200 ÷ (4+1) = 240</p>	<p>RESULTADO FINAL:</p> <p>A: 1 vaga</p> <p>B: 4 vagas</p> <p>C: 4 vagas</p>
--	---	--	--	--

Fonte: artigo “Como funciona o sistema proporcional”, por Pedro Luiz Rosa

9 O que é preciso para ser senador ou deputado?

■ A Constituição determina que, para se tornar senador ou deputado, o cidadão precisa ter nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, domicílio eleitoral no estado que vai representar e filiação partidária. A única diferença de requisitos entre as duas Casas é a idade mínima exigida: 35 anos para o Senado e 21 para a Câmara.

10 Como sugerir uma lei ao Congresso?

■ A Constituição prevê que um projeto de lei de iniciativa popular deve ter a assinatura de pelo menos 1% do eleitorado nacional, com representação em, no mínimo, cinco estados e 0,3% do eleitorado em cada um deles. São resultados desse tipo de projeto a Lei de Crimes Hediondos e a da Ficha Limpa. O cidadão também pode procurar as comissões de legislação participativa das duas Casas. Ou ainda, no caso do Senado, fazer uma sugestão pelo Portal e-Cidadania (veja Saiba Mais).

Saiba Mais

Senado
www.senado.leg.br

e-Cidadania
www.senado.leg.br/ecidadania

O Senado Federal em Perguntas e Respostas
http://bit.ly/SenadoPeR

Câmara
www.camara.leg.br

Visita guiada ao Congresso
www.congressonacional.leg.br/visite

Tribunal Superior Eleitoral
www.tse.jus.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/especialcidadania

15º Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa acontece na Câmara dos Deputados até amanhã e reúne representantes de sete países

Participação popular no Senado é exemplo

A EXPERIÊNCIA DO Senado com participação popular foi destaque na abertura do 15º Encontro de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, sediado pela Câmara dos Deputados. O Projeto Jovem Senador e o Portal e-Cidadania foram exemplos de sucesso apresentados no evento.

Com o tema “Parlamento e sociedade”, o encontro dos representantes de Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste tem como objetivo discutir ações estratégicas a serem desenvolvidas por essas nações. Entre elas, a comunicação com o cidadão, a administração e modernização dos parlamentos e o futuro da representação parlamentar.

O secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, apontou avanços do órgão, como a economia de R\$ 298 milhões já no primeiro ano de gestão, atingindo 85% da meta do biênio, além de recursos para custeio e investimento. Mas é, no entendimento de Bandeira, o modelo colaborativo da sociedade com o Legislativo a principal conquista na aproximação do cidadão com o Parlamento.

— É preocupação do Senado responder as demandas da sociedade, como a aprovação de uma pauta enorme de projetos baseados nas reivindicações

dos movimentos populares, a exemplo dos protestos de junho de 2013 por melhores serviços públicos, redução da corrupção e uma distribuição de renda mais justa — disse.

Entre os mais de 120 projetos de lei ou de emenda à Constituição aprovados após as manifestações, Bandeira destacou os de regulamentação de profissões, de combate à violência doméstica e de destinação de recursos para a saúde e educação.

A possibilidade de o cidadão apresentar propostas concretas, debatidas e votadas por parlamentares, é consolidada no Projeto Jovem Senador e no Portal e-Cidadania. O acolhimento de sugestões da sociedade ajuda a disseminar a participação legislativa.

Portal e-Cidadania

Um dos exemplos citados pelo secretário-geral, o portal foi lançado em 2011 para promover a interação e o diálogo com a sociedade e estimula o conhecimento sobre a Casa legislativa, com transparência de dados e educação para a cidadania. Além das sugestões de projetos de lei e de temas para debate nas comissões, a comunidade virtual ainda pode acompanhar e participar de audiências públicas interativas. O cidadão também pode opinar sobre propostas apresentadas.

Encontro possibilita troca de experiências

Criada em Lisboa, em 1998, com o intuito de contribuir para a modernização das instituições parlamentares, a Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa é atualmente presidida pelo diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio.

As delegações internacionais do encontro contam com: Pedro Agostinho de Neri, secretário-geral da Assembleia Nacional da República de Angola; Libéria das Dores An-

tunes Brito, secretária-geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde; José Carlos Rodrigues da Fonseca, secretário-geral da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau; Armando Mário Correia, secretário-geral da Assembleia da República de Moçambique; Ana Leal, secretária-geral-adjunta da Assembleia da República de Portugal; e Mateus Ximenes Belo, secretário-geral do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste.



Secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira (C) destaca iniciativas da Casa em resposta à sociedade

Programação

2º DIA – HOJE		
9h	Traslado hotel-Câmara dos Deputados	Chapelaria
9:30h	Painel 1: “Parlamento e sociedade: novos desafios para participação popular no Legislativo” (15 minutos) Palestrante: Câmara dos Deputados do Brasil Moderador: Assembleia Nacional de Cabo Verde	Salão Nobre
10h	Painel 2: “Parlamento em diálogo: comunicação com o cidadão” (15 minutos) Palestrante: Assembleia da República de Portugal Moderador: Assembleia da República de Moçambique	Salão Nobre
10:30h	Coffee break	
11h	Painel 3: “A administração parlamentar angolana e os desafios resultantes da entrada em funcionamento da nova sede da Assembleia Nacional” (15 minutos) Palestrante: Assembleia Nacional da República de Angola Moderador: Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau	Salão Nobre
11:30h	Painel 4: “Aspectos marcantes da modernização do Parlamento cabo-verdiano, em curso, numa perspectiva evolutiva” (15 minutos) Palestrante: Assembleia Nacional de Cabo Verde Moderador: Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste	Salão Nobre
12:30h	Almoço	Anexo 4 – 10º andar
14:30h	Painel 5: “Programa de portas abertas como forma de aproximação dos cidadãos ao Parlamento” (15 minutos) Palestrante: Assembleia da República de Moçambique Moderador: Câmara dos Deputados do Brasil	Salão Nobre
15h	Painel 6: “O Futuro da representação parlamentar” (15 minutos) Palestrante: Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau Moderador: Assembleia Nacional da República de Angola	Salão Nobre
15:30h	Painel 7: “Participação da sociedade civil na atividade parlamentar: a audiência pública” (15 minutos) Palestrante: Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste Moderador: Assembleia da República de Portugal	Salão Nobre
16h	Coffee break	
16:30h	Visitação institucional ao Congresso Nacional	
17:30h	Traslado Câmara dos Deputados-hotel	
20h	Jantar	
22:30h	Traslado restaurante-hotel	
3º DIA – AMANHÃ		
9h	Traslado hotel-Câmara dos Deputados	Salão Nobre
9:30h	Apresentação do relatório das atividades da ASG-PLP 2013–2014	
10h	Discussão e aprovação do Plano de Atividades da ASG-PLP (2014–2015)	
10:40h	Coffee break	
11h	Eleição dos novos presidente e vice-presidente da ASG-PLP	
11:15h	Breves palavras do novo presidente da ASG-PLP	
12h	Sessão de encerramento	
12:30h	Almoço de encerramento	
15h	Visita aos pontos turísticos de Brasília	
18h	Retorno ao hotel	

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Senadores querem regular pesquisas eleitorais

Tramitam no Senado diversos projetos que visam estabelecer regras para a divulgação de sondagens de intenção de voto, principalmente às vésperas das eleições

COM A APROXIMAÇÃO das eleições, ganham força as pesquisas eleitorais. Quase semanalmente são apresentados novos números sobre as intenções de voto dos eleitores nos candidatos a cargos como presidente, governador e senador. Mas as regras para divulgação desses levantamentos, espécie de termômetro das campanhas eleitorais, podem mudar. Este é o objetivo de uma série de projetos em análise no Senado.

Um desses projetos é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57/2012, que veda a divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem as eleições em primeiro e segundo turnos. A legislação eleitoral em vigor não impõe ressalvas quanto ao prazo para a divulgação de pesquisas.

Por isso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) permite que seja feita a qualquer momento, inclusive no dia das eleições, desde que respeite o prazo de cinco dias para o registro. Somente pesquisas de boca de urna — aquelas em que as entrevistas são feitas no próprio dia — têm divulgação proibida até o fim da votação.

Interferência

O autor da PEC 57, Luiz Henrique (PMDB-SC), explica que o objetivo da proposta é evitar a interferência no resultado eleitoral por pesquisas que muitas vezes apresentam discrepância entre os índices de intenção de voto divulgados e os efetivamente apurados pela Justiça Eleitoral.

O senador ganhou o apoio do relator da PEC na Comis-

são de Constituição e Justiça (CCJ), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) já considerou inconstitucional projeto que impede a divulgação de pesquisas nos dias anteriores à eleição, sob o argumento de que a Constituição garante o direito à informação. Mas, para o senador, a divulgação de pesquisas em período tão próximo ao pleito pode ocasionar interferência no resultado das urnas em razão da manipulação na formação da opinião do eleitor.

“Nada melhor do que as inúmeras discrepâncias das pesquisas nas eleições municipais de 2012 para justificar a necessidade de evolução na jurisprudência do STF”, sustenta o relator.

Apesar do apoio de senado-

res, a comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social do Conselho de Comunicação Social do Congresso pediu a rejeição dessa proposta. Segundo a análise do conselheiro Ronaldo Lemos, as pesquisas

idôneas servem de antídoto a fraudes. A proibição a qualquer uma, conforme ele, deixaria o país mais vulnerável e afetaria a soberania do eleitor, além de ferir a cláusula constitucional da liberdade de expressão.

Margem de erro é alvo de preocupação em projetos

Outra proposta que busca mexer na atual dinâmica das pesquisas eleitorais é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 366/2009, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Diferentemente de Luiz Henrique, Jarbas propõe que, nos 15 dias anteriores à data da eleição, não se admita o registro de pesquisa cuja margem de erro seja superior a um ponto percentual ou cujo intervalo de confiança seja inferior a 97%.

A ideia é alterar a Lei das Eleições para exigir maior precisão dessas pesquisas, evitando assim o que o senador chamou de “influência negativa sobre a livre manifestação política do eleitor”.

Magno Malta (PR-ES) apresentou projeto com o mesmo intuito. A diferença é que o PLS 419/2005 exige que a margem de erro dessas pesquisas não poderá ser superior a dois pontos.

Também preocupado com a atual sistemática de divulgação e elaboração de pesquisas eleitorais, Cássio

Cunha Lima (PSDB-PB) apresentou o PLS 498/2013. O texto veda a prestação simultânea de serviços, por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a governos, aos partidos e seus candidatos e aos meios de comunicação. Segundo o senador, esse conflito de interesses pode redundar em prejuízo da informação necessária para o processo de construção da vontade do eleitor.

Já o PLS 347/2011, do ex-senador Wilson Santiago, estabelece punições para os institutos de pesquisa que apresentem números muito diferentes dos apurados nas urnas, com multas que variam de 500 mil unidades fiscais de referência (Ufirs) até 1 milhão de Ufirs.

Todos esses projetos podem tramitar em conjunto, a pedido de Luiz Henrique. O Requerimento 88/2014, com esse objetivo, aguarda decisão do Plenário.



Pesquisador ouve eleitor na rua: PEC proíbe divulgação de resultados próximo às eleições para evitar interferências

Supremo rejeitou impressão de voto em urna eletrônica

Para tornar o voto ainda mais seguro nas eleições gerais deste ano, quase 22 milhões de pessoas — 15% do eleitorado — serão identificadas pelas digitais. A tecnologia da biometria será usada em 762 cidades, incluindo 15 capitais.

Mas a falta de uma comprovação física do voto e a possibilidade de falhas nas urnas eletrônicas, além de fraudes, foram problemas apontados por especialistas em segurança digital ouvidos em audiência pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) em 2013. O Brasil ainda utiliza equipamento de primeira geração, enquanto já existe a terceira, que permite impressão e auditoria de todos os votos contabilizados.

O voto impresso foi aprovado pelo Congresso em 2009, na chamada minirreforma eleitoral. De acordo com o texto da Lei 12.034, a partir das eleições de 2014, a urna ele-

trônica deveria exibir as telas referentes aos votos digitados e, após a confirmação do eleitor, a máquina imprimiria um número único de identificação do voto associado à própria assinatura digital.

Em novembro de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a exigência da impressão de votos das urnas eletrônicas. Desde 2011, a previsão já estava suspensa pelo STF após o Ministério Público se manifestar contra a impressão por temer quebra de sigilo.

Participante dos testes do TSE em 2012, o professor de ciência da computação Diego Aranha, defensor da impressão como ferramenta de auditoria, lançou um projeto para fazer uma “apuração paralela” nas eleições deste ano. Para isso, convocou eleitores a fotografar os boletins de urna, divulgados publicamente, para conferir os resultados da apuração.

Senado inaugura novo portal de notícias

A Secretaria de Comunicação Social inaugurou no fim de semana o novo Portal de Notícias do Senado (www.senado.leg.br/noticias), com visual leve e modernos recursos de navegabilidade.

O projeto, tocado pela Secretaria Agência e Jornal do Senado, reúne, de modo integrado, todo o conteúdo jornalístico da Casa, dando ampla publicidade às atividades legislativas.

O portal foi desenhado tendo em vista o uso cada vez mais comum dos chamados dispositivos móveis — tablets e smartphones — e permite a integração do conteúdo com as redes sociais, além de valorizar o noticiário produzido pela Agência, pela TV Senado e pela Rádio Senado.

O projeto foi desenvolvido de acordo com os conceitos mais modernos de navegabilidade da internet e arquitetura da informação, facilitando a vida do cidadão que quer informações sobre o Senado e as atividades legislativas.

O novo portal foi feito por técnicos da Secretaria de Comunicação da Casa, sem nenhuma contratação de pessoal ou de tecnologia específica. Merece registro o fato de o site ter sido desenvolvido com tecnologia aberta.

As chamadas ferramentas *open source* são construídas, de modo colaborativo, por comunidades de especialistas mundo afora, o que dá a elas maior confiabilidade, já que os recursos são testados por muitos desenvolvedores.

Também garantem a liberdade de desenvolvimento para as instituições públicas, que não precisam ficar à mercê de grandes empresas. Isso significa economia de recursos públicos e liberdade para desenvolvimento de funcionalidades adicionais, de acordo com as necessidades do Senado, a custo zero.

O novo portal é uma interface importante para o exercício da cidadania, na medida em que aproxima a sociedade do que acontece dentro da Casa.



O novo portal tem menu com efeito “cortina”, que se abre quando o mouse passa

Audiência pública revelou discordância sobre a necessidade de endurecer a legislação. Foi o quarto debate sobre o tema promovido pela Comissão de Direitos Humanos

Debatedores divergem sobre porte de drogas

UMA EM CADA duas pessoas que respondem a processos por tráfico por terem sido presas em flagrante com maconha portavam até 50 gramas da droga. Esses acusados são, em sua maioria, jovens sem antecedentes criminais. Em geral, são presos em vias públicas pela polícia militar. Cerca de 80% deles estão desarmados no momento da abordagem.

A constatação foi feita ontem pelo defensor público Daniel Nicory durante audiência pública sobre a regulamentação da maconha. Nicory apresentou estudos sobre o atual quadro carcerário em São Paulo e Salvador e o perfil dos presos no país.

Durante o debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), o quarto sobre o tema, participantes divergiram sobre a necessidade ou não de endurecer as leis que tratam do porte de drogas. O objetivo, como nas discussões

anteriores, é subsidiar a decisão sobre a transformação ou não em projeto de lei de uma sugestão popular com esse conteúdo (SUG 8/2014).

O texto sugere legalizar “o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal”. As sugestões enviadas pelo Portal e-Cidadania são direcionadas à CDH quando recebem pelo menos 20 mil assinaturas de apoio.

Na opinião de Nicory, a Lei 11.343/2006, que versa sobre criminalização do porte de droga, não abarca toda a complexidade da questão, levando usuários a responder processos por tráfico, considerado crime hediondo, com penas que variam de 5 a 15 anos.

— A maior parte dos presos em flagrante no país é presa em via pública. Por-



Cristovam (3º à esq., à mesa) preside audiência sobre a maconha. Para ele, é importante esgotar o debate sobre uso recreativo

tanto, reforça a tese de que é o sujeito que é encontrado pelo policiamento de rotina sem muita elaboração, sem oferecer muito risco para a própria polícia. Esse é que é preso. Estamos superlotando as cadeias com jovens portan-

do quantidade pequeníssimas de drogas, saindo pior do que entraram — apontou.

Ele observou que mesmo com decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) que deveriam ter ajudado a reduzir o encarceramento, como a que permitiu a liberdade provisória para acusados de tráfico, a população de presos por esse crime quase triplicou. O levantamento tem como base dados do Ministério da Justiça.

Assim como Daniel Nicory, o juiz Gerivaldo Alves Neiva, da Associação Juizes para a Democracia e da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), avalia que a Lei 11.343/2006 é pouco clara na definição do que seria uso pessoal. Com isso, disse Neiva, a questão acaba dependendo da decisão dos próprios juizes.

Para o magistrado, a forma repressiva como é encarado o problema das drogas resultou apenas no encarceramento em massa de jovens, pobres, periféricos e excluídos das oportunidades sociais.

Legislação branda

O promotor público do Mato Grosso do Sul Sérgio Fernando Harfouche, que é presidente do Conselho Antidrogas do estado, enxerga a questão de forma diferente dos demais debatedores. Para Harfouche, desde a edição da Lei 10.409/2002, houve um arrefecimento na criminalização do usuário. A legislação atual, na avaliação dele, é ainda mais branda, pois não responsabiliza aqueles flagrados com pequenas quantidades de drogas.

— [Antes da Lei 10.409/2002], o usuário era preso e nós tínhamos sim o problema das drogas de forma crônica, mas era um problema contido, pois o usuário estava preso. Isso de certa forma trazia proteção, porque não víamos

personas esparramadas pelas ruas fumando e usando pelas ruas como vimos hoje nas cracolândias. A 10.409 já pôs na rua 75% do contingente carcerário — apontou.

Os dados foram questionados por Nicory.

Prevenção

De acordo com Harfouche, mesmo com essa “descarcerização”, não houve investimentos na prevenção e tratamento dos usuários de drogas desde então. O promotor também defendeu mudanças que atribuam pena para o usuário flagrado com drogas que não aceite ser internado.

— É comum o cara ser preso e dizer que é usuário, dependente químico, como atenuante da pena, mas ele não é tratado [...]. Nós sabemos que sem usuário não tem tráfico. O traficante só se importa com aquilo que tem lucro. O uso patrocina o tráfico — argumentou.

No que diz respeito ao uso medicinal da maconha, Harfouche sustentou que o artigo 14 do Decreto 5.912/2006 já determina que o ministro da Saúde tem competência para autorizar o plantio de qualquer substância para uso medicinal. Segundo ele, isso encerra a necessidade de discussão sobre a regulamentação para uso medicinal.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a reunião, foi incumbido de elaborar relatório sugerindo a admissão ou não da tramitação como projeto de lei da sugestão enviada pelo Portal e-Cidadania. Ele informou que vai priorizar a questão do uso medicinal, mas sem barrar o debate sobre o uso recreativo.

— O ideal era termos um mundo livre de todas as drogas, mas, do jeito que está, estamos fracassando. Eu não vou simplificar a questão para ficar bem com a opinião pública — assegurou o parlamentar.

Desacordo sobre maconha persiste

Consenso em torno da regulamentação do uso recreativo, medicinal e industrial da maconha parece ainda estar longe de ser alcançado no Senado. A única convicção firmada em torno do assunto, até o momento, é que as coisas não podem continuar do jeito que estão. A opinião foi expressada por Cristovam na audiência pública de ontem.

— A gente não tem direito de colocar (a questão) debaixo do tapete. Precisamos de regras que impeçam que os jovens caiam nas drogas. O que se discute é se da maneira como estamos agindo, com proibição, estamos enfrentando essa tragédia ou se é melhor de outra forma. É preciso decidir se é melhor proibir ou regulamentar o uso — sustentou Cristovam, relator da sugestão.

Enquanto os debates se sucedem, avança o entendimento em torno da regula-

mentação do uso medicinal da maconha. Quem defende essa causa diz que ela não deve se confundir com o uso recreativo da substância. Foi isso o que fizeram ontem o presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da Paraíba, Vital Bezerra Lopes, e o médico Pedro da Costa Mello Neto, residente no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Uso recreativo

Os embates têm sido mais intensos quando envolvem o uso recreativo da maconha. Usuários fizeram relatos tanto favoráveis quanto contrários à flexibilização do consumo pessoal. Uma das experiências favoráveis partiu do servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal Mauro Machado, usuário de maconha.

— Há um bom tempo eu faço uso social. Sou casado há

cinco anos, nunca briguei com minha mulher e tenho filhos.

Outro relato foi feito por Diva Araripe, mãe de ex-usuário de drogas que, segundo ela, chegou ao consumo de crack a partir da maconha.

— Com a droga não dá para educar. Como se pode banalizar o pequeno traficante e o usuário? É por isso que as coisas não dão certo.

Cristovam adiantou a intenção de ouvir, na próxima audiência, mães que tiveram filhos presos por consumo.

O próximo debate deve acontecer em 22 de setembro, com o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ayres Britto; o diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Joaquim Falcão; a subprocuradora-geral da República Raquel Dodge; e a pesquisadora Maria Gorete Marques de Jesus, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.



Diva Araripe relata à Comissão de Direitos Humanos danos sofridos por seu filho decorrentes do uso de maconha